

COIMBRA, ESTÁCIO

*dep. fed. PE 1900-1911; gov. PE 1911; dep. fed. PE 1915-1922; vice-pres. Rep. 1922-1926; gov. PE 1926-1930.

Estácio de Albuquerque Coimbra nasceu no engenho Tentugal, no município de Barreiros (PE), em 22 de outubro de 1872, filho primogênito de João Coimbra e de Francisca de Albuquerque Belo Coimbra. Seu pai, senhor de engenho e político – cumpriu mandatos como deputado provincial em Pernambuco e Alagoas –, era também bacharel em direito e exerceu a advocacia. Seu avô paterno, José Gomes Coimbra, filho do português Henrique de Almeida Coimbra, foi tabelião de notas de grande prestígio político na região de Rio Formoso (PE). Do lado materno, sua família, proprietária do engenho Tentugal, era tradicionalmente ligada à lavoura e à política. Sua avó materna tinha ascendência aristocrática, enquanto seu avô vinha de modesta família de lavradores portugueses emigrados para o Brasil no início do século XIX.

Após cursar o Colégio 11 de Agosto, em Recife, matriculou-se em 1888 na Faculdade de Direito da mesma cidade, bacharelando-se em 1892, já após a proclamação da República (15/11/1889). Ainda como acadêmico, colaborou em diversos jornais.

Em 1893 iniciou-se na advocacia, trabalhando em companhia do pai nos municípios pernambucanos de Barreiros, Água Preta e Rio Formoso. Por essa época, casou-se com Joana de Castelo Branco Coimbra, com quem viria a ter quatro filhos. A família de sua mulher possuía diversas propriedades na região, entre as quais o engenho Morim, onde o casal fixou residência. A partir desse momento, Estácio Coimbra dedicou-se às atividades do engenho, que até então tinha dimensões modestas e apresentava uma produção discreta. Algum tempo mais tarde, transformado num dos principais centros da indústria do açúcar de Pernambuco – a Usina Central Barreiros – o antigo engenho passaria à responsabilidade de seus filhos.

O INÍCIO DA VIDA POLÍTICA

Em julho de 1894, Estácio Coimbra colaborou na organização do Partido Republicano de Barreiros, filiado no plano estadual e nacional ao Partido Republicano Federal, chefiado pelo general Francisco Glicério. Com o surgimento da agremiação, reduto das forças políticas que apoiavam o então governador de Pernambuco Alexandre José

Barbosa Lima, Estácio Coimbra entrou em choque com sua família materna, ligada à oposição.

Ainda em 1894, Estácio Coimbra foi eleito prefeito de Barreiros em substituição a seu tio-avô materno, José Nicolau Pereira dos Santos. Logo depois, sendo seu nome incluído na chapa republicana para a renovação do Congresso estadual, foi eleito deputado no pleito de 10 de janeiro de 1895. Na Câmara estadual, pertenceu à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Fazenda e Orçamento, da qual foi relator. Reeleito para a legislatura seguinte (1897-1899), continuou a integrar essas mesmas comissões. Ainda nesse período, por ser um orador fluente e combativo, tornou-se o líder da situação na Câmara. A consolidação de seu prestígio político acompanhou na verdade a ascensão em Pernambuco, a partir de 1896, da chamada oligarquia “rosista”, dominada pelo conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva.

Em dezembro de 1899, Estácio Coimbra foi eleito deputado federal, tendo sido um dos parlamentares mais jovens da legislatura 1900-1902. Estreou na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como líder da bancada pernambucana, tendo traçado a orientação por ela adotada. Nessa época, em pleno governo Campos Sales (1898-1902), o Partido Republicano de Pernambuco já era chefiado por Rosa e Silva, então vice-presidente da República.

Tendo seu mandato na Câmara sucessivamente renovado até 1911, graças à reforma da Constituição de Pernambuco realizada em 1907, Estácio Coimbra pôde eleger-se deputado estadual, acumulando os dois cargos. No início da legislatura estadual, foi escolhido para presidir os trabalhos legislativos, continuando a desempenhar essa função ao ser reeleito em 1910. Durante seu último mandato como deputado federal (1909-1911), foi eleito primeiro-secretário da Câmara. Em todo esse período, através de sua atuação parlamentar, obteve alguns melhoramentos para a região de Barreiros, como a construção da ponte metálica sobre o rio Una em 1908 e a instalação de uma linha férrea entre Recife e Barreiros.

A SUCESSÃO PERNAMBUCANA DE 1911

Nas eleições presidenciais de 1910, a candidatura do marechal Hermes da Fonseca recebeu o apoio de algumas oposições estaduais, insatisfeitas com o governo anterior de Afonso Pena (1906-1909), completado por Nilo Peçanha (1909-1910). Com a vitória do marechal, a partir de 1911 essas oposições começaram a se servir da força federal para

esmagar a situação em seus estados. Em Pernambuco, na sucessão de Herculano Bandeira de Melo, a oposição uniu-se no correr desse ano numa coligação em torno do Partido Republicano Conservador e indicou o general Emídio Dantas Barreto, ministro da Guerra de Hermes, como seu candidato às eleições para o governo do estado. Embora fosse pernambucano, o general Dantas Barreto não havia residido em Pernambuco nos últimos oito anos, como o exigia a Constituição estadual.

No mês de agosto de 1911, acirrou-se a disputa eleitoral. Enquanto a oposição mantinha a candidatura de Dantas Barreto, Estácio Coimbra, como o porta-voz mais autorizado do rosismo, concedeu uma entrevista negando os rumores de que a situação estaria cuidando de apresentar candidatos à sucessão estadual, e declarando que qualquer decisão só seria tomada após o regresso de Rosa e Silva, que se encontrava no exterior.

Em fins de agosto, quando o navio de Rosa e Silva aportou em águas pernambucanas, realizou-se ainda a bordo uma reunião do estado-maior do conselheiro, à qual estiveram presentes, além de Estácio Coimbra, o governador em fim de mandato Herculano Bandeira e o deputado estadual Rosa e Silva Júnior. Ao término do encontro, ficou decidido o lançamento da candidatura de Rosa e Silva para disputar com Dantas Barreto o governo de Pernambuco.

Em 5 de setembro, alegando problemas de saúde, Herculano Bandeira renunciou, passando o governo do estado a seu substituto legal, Antônio Pernambuco, presidente do Senado estadual, o qual também pretextou doença para recusá-lo. Tomou posse então Estácio Coimbra, na qualidade de presidente da Câmara estadual. A renúncia de Herculano correspondeu, na realidade, a uma manobra política decidida na reunião do final de agosto, visando a antecipar as eleições e com isso impedir que a candidatura de Dantas Barreto ganhasse mais terreno. Como, segundo a Constituição pernambucana, no caso de vacância do Executivo as eleições deveriam processar-se no prazo de 60 dias, o pleito que normalmente se realizaria no dia 7 de dezembro foi antecipado para 5 de novembro.

Com a intensificação da campanha eleitoral, o governo federal não tardou em substituir o comandante do distrito militar de Pernambuco, cuja tropa acabou por entrar em choque com a polícia estadual, incapaz de controlar a situação.

O pleito foi finalmente realizado na data prevista. Possuindo um maior controle da máquina eleitoral, Rosa e Silva alcançou a vitória, que foi contestada pela corrente adversária sob a

alegação de fraude. Às vésperas do reconhecimento de Rosa e Silva pelo Congresso estadual, ocorreu, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, nova intervenção do Exército. Mesmo com suas tropas espalhadas pela cidade a pretexto de manter a ordem, a guarnição militar não conseguiu impedir uma série de depredações, saques e mortes em plena luz do dia.

A falta de controle da situação por parte do governo de Estácio Coimbra tornou-se tão grave que a maioria dos deputados e senadores estaduais foi obrigada a se refugiar. No dia 27 de novembro, o próprio Estácio Coimbra, a conselho de Rosa e Silva, se escondeu para não ser assassinado. Imediatamente, Dantas Barreto foi reconhecido presidente do estado pelo que restara do Congresso estadual, encerrando-se assim o domínio da oligarquia “rosista”.

O reconhecimento de Dantas Barreto significou também o afastamento – ainda que provisório – de Estácio Coimbra da cena política. Embora reeleito deputado estadual por seu município, Coimbra não foi aceito pela Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara estadual, que o considerou inelegível. Manteve-se igualmente afastado da Câmara dos Deputados, à qual só retornou em 1915, ao ser eleito com o apoio da nova oposição pernambucana.

Ao término da legislatura 1915-1917, Coimbra teve seu mandato renovado por mais dois períodos (1918-1920 e 1921-1923). No primeiro deles, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados – na qual estudou o capítulo do Tratado de Versalhes referente à Liga das Nações –, e no segundo, foi escolhido líder da maioria, passando a conduzir os processos de reconhecimento de poderes.

A CRISE DE 1922 EM PERNAMBUCO

Em 27 de março de 1922, morreu em Recife o governador José Rufino Bezerra Cavalcanti, principal responsável pela pacificação política de Pernambuco em 1920, da qual resultara a indicação de Estácio Coimbra para a liderança na Câmara. Sua morte após longa enfermidade – na verdade estava afastado do governo desde outubro de 1920, quando foi substituído interinamente por Otávio Hamilton Tavares Barreto e depois por Severino Marques de Queirós Pinheiro – determinou o início da disputa pelo governo estadual, forçando o embarque, no Rio de Janeiro, de Estácio Coimbra, Dantas Barreto e do deputado

federal Manuel Francisco de Sousa Filho, que chegaram à capital pernambucana no dia 11 de abril.

Poucos dias depois, foi lançada a candidatura do senador José Henrique Carneiro da Cunha, apoiada pelo senador Manuel Borba. Este último, além de controlar o Congresso estadual e a máquina eleitoral, manipulada pelos “coronéis”, chefes políticos do interior, tornara-se o chefe do partido situacionista após a morte de Bezerra. Durante o mês de abril, prosseguiram as tentativas de um acordo que mantivesse a unidade política do estado. No dia 25, contudo, em nome da coligação formada pelo Partido Republicano Conservador e o Partido Democrático, Estácio Coimbra, Dantas Barreto e o deputado federal Francisco Pessoa de Queirós lançaram a candidatura do prefeito de Recife, Eduardo de Lima Castro. Embora não obtivesse o apoio de Rosa e Silva, essa candidatura foi apoiada pela maior parte da bancada pernambucana na Câmara dos Deputados – a cuja liderança Estácio Coimbra foi obrigado a renunciar devido à cisão ocorrida em seu interior – e pelas forças federais, já que os Pessoa de Queirós eram sobrinhos do presidente da República Epiácio Pessoa.

No dia 7 de maio, Epiácio Pessoa sondou Estácio Coimbra sobre sua disposição em aceitar a pasta da Agricultura caso se concretizasse a saída de seu titular, Ildefonso Simões Lopes. No dia seguinte, Coimbra apresentou uma contraproposta, pleiteando o cargo de vice-presidente da República no quadriênio que se iniciaria em novembro daquele ano, já que Urbano Santos, vice-presidente eleito em março na chapa de Artur Bernardes, falecera no dia 7. Coimbra argumentava que, se tomasse posse no ministério, ficaria incompatibilizado para se candidatar à vice-presidência. Embora concordasse que sua proposta não era muito interessante, pois faltavam apenas seis meses para encerrar seu governo, Epiácio Pessoa acabou por nomear Coimbra ministro da Agricultura. Isso ocorreu em 23 de maio, quatro dias antes da data prevista para as eleições em Pernambuco.

A nomeação de Coimbra, chefe da comissão executiva das forças coligadas em Pernambuco, foi vista até mesmo por seus aliados como uma maneira de o presidente da República manifestar sua simpatia pela candidatura de Lima Castro. Essa intenção tornou-se evidente mais tarde, pois Coimbra sequer chegou a tomar posse no ministério.

A aproximação das eleições foi marcada pelo aumento da tensão em Pernambuco. Durante todo esse período, Estácio Coimbra manteve-se em permanente comunicação telegráfica

com o Rio de Janeiro, onde se encontravam os deputados Pessoa de Queirós e José Sousa Filho, principais representantes da coligação pernambucana na capital da República. Apesar do clima tenso, o pleito transcorreu sem maiores incidentes, saindo vitorioso o senador Carneiro da Cunha. Esse resultado foi entretanto contestado pela oposição, e a partir do dia seguinte às eleições começaram as desordens, que se estenderam por todo o mês de junho com a participação de forças militares de um e de outro lado. A pretexto de manter a ordem, as tropas federais ocuparam Recife.

Em meados de junho, Coimbra recebeu do Rio um telegrama em que os Pessoa de Queirós e Sousa Filho ultimavam os detalhes para o golpe definitivo contra os adversários, a ser desfechado no dia do reconhecimento do candidato eleito. Devido à má repercussão da participação das tropas federais nos conflitos que se seguiram às eleições, o Exército se absteria de qualquer iniciativa, limitando-se a secundar a ação dos coligados a pretexto de defender os prédios federais.

No dia 29 de junho, diante dos constantes rumores sobre a participação do Exército no golpe que se preparava em Pernambuco, o marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, telegrafou ao coronel Jaime Pessoa, comandante da região militar sediada nesse estado, exortando-o a não permitir que suas tropas se desviassem de suas funções básicas. Nesse mesmo dia, Estácio Coimbra recebeu um telegrama do comandante da 1ª Região Militar, do Rio de Janeiro, informando-o de que estavam sendo providenciadas as transferências de militares solicitadas e negando importância ao telegrama de Hermes. Este, contudo, foi punido por ter enviado a mensagem ao coronel Jaime Pessoa, constituindo o episódio o estopim da Revolta de 5 de julho de 1922.

Ao mesmo tempo, enquanto o Congresso estadual impetrava um pedido de *habeas-corpus* para garantir a posse de Carneiro da Cunha, foi sendo desenvolvida, por parte principalmente de grupos vinculados ao alto comércio de Pernambuco, uma ação conciliatória visando à indicação de um *tertius*. O acordo entre as duas partes foi aceito em 3 de julho. No dia 14, Manuel Borba, Estácio Coimbra, Rosa e Silva e Francisco Pessoa de Queirós, entre outros, divulgaram um manifesto apresentando a candidatura do juiz Sérgio Lins de Barros Loreto, afinal eleito presidente do estado e empossado em 18 de outubro.

Enquanto se sucediam esses acontecimentos em Recife, no Rio de Janeiro a Reação Republicana – movimento que nas eleições presidenciais havia apoiado a chapa Nilo

Peçanha-J. J. Seabra, derrotada pela chapa Artur Bernardes-Urbano Santos – desfechou uma nova tentativa, procurando garantir a posse de J. J. Seabra na vice-presidência da República no lugar do falecido Urbano Santos. Diante da recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em reconhecer o direito de Seabra ao cargo, o Congresso convocou novo pleito, que foi realizado no dia 20 de agosto, dando a vitória a Estácio Coimbra.

Em 15 de novembro de 1922, enquanto Artur Bernardes assumia a chefia da nação, Coimbra tomou posse como vice-presidente da República, assumindo igualmente, nos termos da Constituição de 1891, a presidência do Senado e do Congresso Nacional.

O GOVERNO DE PERNAMBUCO

Em abril de 1926, Estácio Coimbra deu início, através da intermediação de Artur Bernardes, às negociações com o senador Manuel Borba, posteriormente representado por Rosa e Silva, visando ao estabelecimento de um acordo que favorecesse o lançamento de sua candidatura ao governo de Pernambuco na sucessão de Sergio Loreto. Após alguns encontros, Coimbra e Rosa e Silva, devidamente autorizados pelos diversos partidos pernambucanos, assinaram o acordo que, entre outros pontos, estabelecia o apoio dos partidos signatários à candidatura de Coimbra e a organização das chapas para as futuras eleições federais e estaduais com base na representação igualitária de todas as correntes partidárias do estado.

A escolha oficial do nome de Estácio Coimbra ocorreu no dia 1º de maio, durante a convenção das municipalidades. Realizado o pleito, Coimbra foi eleito, tomando posse em 12 de dezembro. Dessa vez, porém, a unidade política em Pernambuco pouco durou. Já em fevereiro de 1927, manifestaram-se os primeiros sintomas de dissidência, quando Coimbra excluiu o nome de Manuel Borba da chapa apresentada às eleições legislativas federais sob a alegação de que o senador, ao publicar um livro sobre a política estadual, acabara por se tornar alvo de uma “inconveniente” campanha movida pela imprensa. Três meses mais tarde, Coimbra foi acusado publicamente por Borba de não ter cumprido vários itens do acordo assinado no ano anterior.

Do ponto de vista administrativo, o governo de Estácio Coimbra foi marcado por várias reformas. A mais profunda delas foi aplicada ao setor da educação, que até então não contava com qualquer órgão técnico de direção ou fiscalização. Orientada pelo professor

Antônio Carneiro Leão, a reforma criou um conselho de educação composto por profissionais da área. Promoveu a modernização do Ginásio Pernambucano e a reestruturação do ensino normal, que se tornou o primeiro no país a contar com uma cadeira de sociologia.

Estácio Coimbra acertou também a visita de vários técnicos a Pernambuco, entre os quais os estrangeiros Alfred Agache, urbanista, e Nicolau Athanassoff, especialista em pecuária. Em 1927, encarregou o higienista Gouveia de Barros de organizar e pôr em funcionamento a Inspetoria de Higiene Social, cujo objetivo principal era o estudo das condições de vida da população pernambucana, de modo a estabelecer possíveis relações entre as doenças da região e as condições socioeconômicas. Complementarmente à atuação dessa inspetoria, foram concluídas as obras do plano principal de abastecimento de água e de saneamento de Recife.

O governo de Estácio Coimbra foi pioneiro ainda na criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos, resultado de um projeto do deputado estadual Aníbal Fernandes, primeiro diretor do órgão. Destinada à defesa e à conservação dos monumentos históricos, essa inspetoria precedeu a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi também criado nesse período o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, posteriormente transformado no Instituto de Psicologia de Pernambuco.

A REVOLUÇÃO DE 1930

O ano de 1929 marcou o início da disputa pela sucessão presidencial a ser decidida nas eleições de março de 1930. Em maio de 1929, ao término de uma breve estada no Rio de Janeiro, Estácio Coimbra procurou o deputado João Neves da Fontoura, líder da bancada republicana gaúcha na Câmara, para discutir o problema sucessório. Expondo sua convicção de que Washington Luís não abriria mão da candidatura de Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo, Coimbra perguntou ao político gaúcho se seu estado não lançaria a candidatura de Antônio Augusto Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em resposta, João Neves negou que o Rio Grande do Sul pretendesse lançar a candidatura de qualquer um de seus líderes, preferindo aguardar por mais algum tempo o desenrolar dos acontecimentos.

No mês seguinte, entretanto, Minas Gerais e Rio Grande do Sul firmaram um pacto de

oposição a Washington Luís que daria origem à Aliança Liberal. Procurando a adesão de outros estados, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, encarregou João Neves da Fontoura de contactar Estácio Coimbra, cujo apoio considerava possível caso a vice-presidência da chapa de oposição fosse reservada a Pernambuco. Enviados a Recife, os intermediários Elói de Andrade e Filipe de Oliveira encontraram-se com Coimbra no dia 5 de julho. Nessa ocasião, contudo, Coimbra decidiu não assumir qualquer compromisso antes que Washington Luís se pronunciasse oficialmente sobre a sucessão.

Em 30 de julho, em nome da Aliança Liberal, foram lançadas as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência da República e de João Pessoa, presidente da Paraíba, à vice-presidência. No início de agosto, os parlamentares da oposição reuniram-se no Rio de Janeiro a fim de articular a campanha aliancista, decidindo ao final do encontro que seu rompimento com o governo ocorreria na sessão da Câmara do dia 5. Como pretexto, foi utilizado um telegrama de Estácio Coimbra ao líder da bancada situacionista na Câmara, o deputado paulista Manuel Vilaboim, comunicando que o Partido Republicano de Pernambuco aceitava e apoiava a indicação de Júlio Prestes. O texto do telegrama dava a entender que houvera uma consulta anterior relativa apenas a Júlio Prestes, enquanto Washington Luís se havia comprometido com os líderes oposicionistas a submeter à apreciação dos estados as candidaturas de Júlio Prestes e de Getúlio Vargas. Entrevistado em Recife, Estácio Coimbra confirmou ter sido consultado apenas sobre a candidatura paulista.

Ao mesmo tempo em que progredia a campanha aliancista, Getúlio Vargas procurava evitar o rompimento total com o governo. Com esse propósito, chegou a sugerir a retirada de sua candidatura e o lançamento de uma nova chapa, formada por Estácio Coimbra na presidência e Eurico Vale, presidente do Pará, na vice-presidência. Sua intenção com isso era obter o apoio do contingente eleitoral do Nordeste e do Norte. Essa possibilidade, no entanto, foi logo afastada.

Por outro lado, em fevereiro de 1930, sob a liderança de José Pereira, eclodiu em Princesa, atual Princesa Isabel (PB), um movimento rebelde de oposição ao governo de João Pessoa. Durante o conflito, Estácio Coimbra foi acusado de favorecer os rebeldes. Na realidade, as primeiras armas e munições chegadas a Princesa provinham da polícia de Pernambuco,

tendo sido obtidas por João Pessoa de Queirós, aliado de José Pereira, junto ao político pernambucano Eurico de Sousa Leão. Quando o presidente da Paraíba solicitou permissão para que as tropas da polícia de seu estado atravessassem o território pernambucano, chegando assim mais depressa a Princesa, Estácio Coimbra negou-se a concedê-la, alegando que dessa forma procurava evitar o alastramento do conflito.

Realizadas as eleições em março de 1930, a chapa da Aliança Liberal foi derrotada.

No início de junho, José Pereira proclamou a independência provisória do município de Princesa, a ser mantida enquanto João Pessoa permanecesse à frente do governo da Paraíba. Como o impasse persistisse, Epitácio Pessoa tomou a iniciativa de intervir junto a seus sobrinhos João e Antônio Pessoa de Queirós, a Estácio Coimbra e ao próprio José Pereira. Essas negociações foram contudo bruscamente interrompidas pela morte de João Pessoa, assassinado em Recife no mês de julho.

Embora a justificativa para o crime tenha sido de ordem pessoal, o episódio assumiu uma conotação política, já que o criminoso João Dantas informou em seu depoimento que antes de se encontrar com João Pessoa estivera com o deputado João Suassuna e o segundo vice-presidente de Pernambuco, Júlio Lira, ambos adversários do político paraibano. Segundo alguns jornais da época, Dantas teria agido instigado por Lira e Suassuna, com a cumplicidade de Estácio Coimbra e de Juvenal Lamartine, presidente do Rio Grande do Norte. De qualquer modo, a morte de João Pessoa intensificou as articulações para um movimento armado desenvolvidas pelos aliancistas derrotados. Essas articulações culminaram com a Revolução de 1930.

Poucas horas após a eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro, Estácio Coimbra recebeu um comunicado informando que os estados da Paraíba e de Minas deveriam aderir à revolta. Imediatamente, colocou de prontidão a tropa policial, a guarnição do Exército sediada no quartel do 21º Batalhão de Caçadores (BC) e ainda a cavalaria. Devido a um mal-entendido entre os revolucionários Osvaldo Aranha e Juarez Távora, contudo, o levante em Pernambuco só foi iniciado na madrugada do dia 4.

No ataque ao quartel do 21º BC, as forças rebeldes encontraram forte resistência, sendo obrigadas a recuar. Em vista disso, Távora determinou a reformulação do plano: enquanto ele próprio viajou para a Paraíba para obter reforços, parte dos revolucionários foi incumbida de destruir a central telefônica de Recife, e os membros do Tiro de Guerra 333,

sob o comando de Caio de Lima Cavalcanti, receberam ordens de tomar o depósito de armas e munições do Exército. Situado na Soledade, próximo ao quartel do 21º BC, e guardado apenas por um sentinela, o depósito foi rapidamente tomado, o que se tornou um fator decisivo para o segundo ataque àquele quartel.

À tomada do depósito de munições, seguiu-se a rendição da Polícia Militar pernambucana, cujo quartel-general foi ocupado pelas forças revolucionárias. Enquanto isso, no palácio das Princesas, onde permaneceram desde os primeiros tiros, Estácio Coimbra e vários de seus auxiliares resistiam aos ataques vindos das ruas da Aurora e Santo Amaro, e da própria ponte de Santa Isabel. Ao anoitecer do dia 4, contudo, Estácio Coimbra abandonou o palácio do governo, indo para o edifício das Docas seguindo a orientação do comandante militar de Pernambuco, que pretendia transformar a sede do governo no último reduto de resistência.

No entanto, pouco depois de haver chegado ao edifício das Docas, Estácio Coimbra foi informado de que as tropas federais estavam batendo em retirada, e que no palácio do governo restavam apenas umas poucas pessoas. Em vista disso, embarcou juntamente com seus auxiliares num rebocador, rumando para as praias de Gravatá e Tamandaré, no litoral sul do estado. Ali, após instalar o governo legal, procurou organizar a resistência enquanto não chegava o auxílio militar solicitado ao governo federal. A escassez de armamentos, no entanto, tornou impraticável qualquer medida eficiente. Dois dias mais tarde, Estácio Coimbra tornou a embarcar no rebocador, que seguiu até Maceió. Daí, já a bordo de um vapor, seguiu para Salvador. Da capital baiana, diante da vitória da revolução, partiu para o exílio.

Após algumas semanas de viagem e uma escala no Senegal, Estácio Coimbra, juntamente com Gilberto Freire, que até então dirigira o jornal *A Província*, órgão oficial do governo pernambucano, chegou a Lisboa, onde permaneceu com o auxílio financeiro de seu genro, Francisco Magalhães Castro. Com a anistia decretada em junho de 1933, deixou o exílio e voltou a se fixar em Pernambuco, no município de Barreiros. Mantendo-se afastado da política, dedicou-se às atividades do engenho Morim.

Estácio Coimbra faleceu em Recife, para onde fora transferido ao adoecer, no dia 9 de novembro de 1937.

Deixou, ainda manuscritas, suas memórias e um trabalho sobre seu mandato como vice-

presidente da República. Em 1972, por ocasião do centenário de seu nascimento, o governo do estado de Pernambuco e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais promoveram a Semana Estácio Coimbra. As diversas conferências proferidas na ocasião por Gilberto Freire e outros foram coletadas e publicadas no livro *Estácio Coimbra: homem representativo do seu meio e do seu tempo* (1973).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Almanaque Abril* (1975); BARROS, M. *Década*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GOV. EST. PE; DULLES, J. *Getúlio; Encic. Barsa; Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; FREIRE, G. *Estácio*; FREIRE, G. *Perfil*; *Grande encic. Delta; Ilustração brasileira* (1922-11); *Jornal do Comércio*, Rio (8/11/1947); LEMOS FILHO. *Clã*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; PORTO, J. *Tempos de Rosa*; SILVA, H. 1898; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930.